

PRIORIDADES POLÍTICAS EM 2021

Governo precisa de preservar a paz e os direitos humanos

Notícias: Política, 03.03.2021, Pág. 08, Ed. nº 31.244



Académicos e partidos políticos avaliam o ano político 2020 e perspectivam 2021

O GOVERNO precisa de intensificar as acções de preservação da paz, com vista a restituir a tranquilidade e segurança aos cidadãos, sobretudo às populações que vivem nas regiões Centro e Norte do país.

As províncias de Manica e Sofala têm estado a sofrer ataques armados protagonizados pela auto-proclamada Junta Militar da Renamo liderada por Mariano Nhongo e em Cabo Delgado a acção dos terroristas está a criar instabilidade na população, obrigada a se deslocar para outros pontos em busca de segurança. Este posicionamento foi defendido terça-feira última, em Maputo, por um grupo de painelistas na hora de balanço do ano político de 2020 e perspectivas para 2021, evento organizado pelo Instituto para Democracia Multipartidária (IMD).

O grupo avançou que o Estado precisa de garantir a promoção e respeito aos direitos humanos, fundamentais para aferir

o estágio da democracia.

Segundo o jurista e docente universitário Eduardo Chiziane, a questão da promoção e respeito dos direitos humanos não é favorável no país e, por isso, é necessário que se estabeleça maior comprometimento das instituições públicas e da sociedade em geral, para que estas sejam respeitadas.

Apesar das adversidades que o país enfrenta, nomeadamente, a instabilidade militar prevalente nas províncias de Manica e Sofala devido aos ataques da auto-proclamada Junta Militar da Renamo e o terrorismo em Cabo Delgado é necessário que o Estado garanta o respeito pela vida e bem-estar dos cidadãos.

Para ele, é necessário que se leve à barra da justiça todos os prevaricadores, pois revela-se uma certa letargia no funcionamento do sistema judiciário em matéria de penalização, o que acaba estimulando o agravamento da violação dos direitos

humanos. Outro aspecto apontado por Chiziane e que deve constituir prioridade do Governo este ano é a criação de mais emprego e oportunidade de trabalho para todos, sobretudo para os jovens que constituem a maioria da população.

Por sua vez, a investigadora e docente universitária Edna Sidumo defendeu a necessidade de se dar maior atenção aos reassentados em Cabo Delgado e também a definição de uma política externa clara que esteja direccionada ao processo de paz.

Para ela, é preciso seleccionar os actores que estão a trabalhar no Norte de Moçambique, pois, segundo explicou, espera-se por mais intervenções para restituir a tranquilidade.

No encontro participaram também os representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia da República, nomeadamente, Frelimo, Renamo e MDM, bem como os extraparlamentares. Todos manifesta-

ram a expectativa de ter um 2021 inovador e produtivo em todos os aspectos, apesar da Covid-19.

Os partidos políticos afirmaram que a pandemia condicionou bastante a realização de diversas actividades durante 2020, cenário que deve ser revertido este ano. Urge, pois, encontrar alternativas de continuar a trabalhar mesmo com o actual contexto da pandemia.

Para o IMD, a Covid-19 e os ataques militares limitaram o espaço democrático ao nível interno dos partidos políticos e condicionaram o funcionamento das instituições democráticas.

Assim, é importante que os partidos e as instituições se reinventem e encontrem meios alternativos, de modo a que a democracia não continue a ser afectada de forma sucessiva.

Esta organização que tem estado a apoiar no fortalecimento da democracia no país avançou que o Parlamento precisa de ajustar o seu regimento interno, de modo a incorporar o recurso à tecnologia como forma válida de poder funcionar.

É do entendimento do IMD que a opção de redução do número de deputados nas sessões do Parlamento também condiciona os debates e, no futuro, pode tornar questionável a aprovação de documentos estruturantes. Destaque vai, segundo a organização, à importância de um diálogo interno entre as bancadas parlamentares, tomando em consideração a opinião pública e a voz dos cidadãos que os deputados representam.